

# Condições Geográficas da Colonização em Alagoas

NILO BERNARDES

## NOTA INTRODUTÓRIA

Por solicitação expressa do governador do estado de Alagoas, a Sociedade de Planejamento SPLAN/ECONOMIA E HUMANISMO havia cogitado de elaborar um plano de colonização para o referido estado. Tal plano deveria constar não só da implantação específica de núcleos de estabelecimentos rurais, em regime familiar, aproveitando terras de propriedade do estado, como também de normas gerais para a criação de futuros núcleos.

Objetivando produzir um documento básico em que se apoiaria o trabalho interdisciplinar para a elaboração propriamente dita do plano, foi-me encomendado que, na qualidade de geógrafo, realizasse um reconhecimento do terreno e dos problemas que o assunto implica. As linhas que se seguem constituem, pois, o texto integral do relatório resultante do reconhecimento realizado em fevereiro de 1963. É claro que, posteriormente, vários dados do problema mudaram substancialmente. A conjuntura administrativa, certamente, é outra, novos dados sócio-econômicos devem ser acrescentados e, a bem dizer, a própria combinação geográfica sofreu o impacto de novos fatores.

O objetivo da publicação deste relatório não é tanto dar a conhecer aspectos geográficos de Alagoas mas, sobretudo, oferecer um documento de geografia aplicada que eventualmente sirva de estímulo àqueles geógrafos que venham a ter oportunidade de atuar no campo da cooperação interdisciplinar. Esperamos que, por outro lado, este documento forneça aos demais especialistas interessados um exemplo, entre muitos outros, da maneira como o geógrafo pode ver um problema de tanta amplitude e de tantas implicações sociais e econômicas como é o da colonização. Acresce que, em se tratando de região onde as densidades demográficas são razoavelmente elevadas, a colonização é, na realidade, um esforço de reforma agrária, em domínio de estruturas defeituosas, tema que se impõe com atualidade constante.

## 1.<sup>a</sup> PARTE: *Áreas de interesse imediato para o Governo Estadual*

### I — COLÔNIA IGACI

A Colônia está localizada ao lado da cidade deste mesmo nome, a dezesseis quilômetros para o sul de Palmeira dos Índios, a qual por sua vez dista cento e trinta quilômetros de Maceió. A estrada entre Igaci e Palmeira dos Índios é de regular qualidade dando bem passagem em qualquer época do ano, sendo muito trafegada porque é a mesma que faz a ligação com Arapiraca.

Igaci está na região alagoana que tem sido considerada agreste, embora me pareça que se trata de área menos úmida que os típicos agrestes pernambucano e paraibano. Contudo, uma área de condições climáticas mais favoráveis que o Sertão propriamente dito, zona francamente xerófita. A zona de Palmeira dos Índios — Igaci apresenta “verão” rigoroso, drenagem intermitente, cursos salo-

bro, quando cai o deflúvio e os leitos se empoçam. Uma das raras cacimbas da colônia apresenta água também salobra.

Quanto à topografia, a área não parece desfavorecida. Trata-se de formas predominantemente suaves, ondulações de fraca amplitude de relêvo, em que mesmo quando os vales resultaram em incisões mais profundas, as encostas são sempre suaves ladeiras. Esta topografia corresponde a um aplainamento mais ou menos extenso que se processou no embasamento cristalino ao sul do grande bloco da Borborema, cujas encostas, aliás, caem abruptamente sobre o vasto plaino (pediplano na linguagem geográfica). Algumas serras residuais (*inselberge*) se destacam do nível geral, com aquela em cuja base está a cidade de Igaci, e contribuem para a formação de minúsculos "pés de serra", pontos de maior umidade. Mais para o sul, ainda, (na área de Arapiraca) os pequenos interflúvios são bem mais aplainados, cortados em verdadeiras *chãs*. A área de Igaci não é, por conseguinte, a rigor, idêntica à de Arapiraca. Quer me parecer que a diferença de solos é também algo de importante a ser anotado. Não há em Igaci aquelas chãs de solos areno-argilosos e mantos, tanto quanto se pode dizer, homogêneos que constituem o suporte físico ideal da cultura fumageira. Em Igaci os altos arredondados são geralmente arenosos e nas encostas a erosão laminar expôs com freqüência, blocos rochosos e, mais raramente, mantos de cascalhos. Estes, aliás, quando contínuos, constituem uma das características dos solos mais típicos das partes altas na topografia do sertão, uma das razões, portanto, para não se considerar a presente área como sendo sertão.

O governo do estado de Alagoas pretende melhorar a colonização em Igaci e, ainda, expandir a área já ocupada, contando para tanto com uma reserva de terras que existe ao lado da colônia. Interessa isto a um plano mais geral de colonização?

Em resumo, as condicionantes são as que se seguem. \*

1. Quanto às qualidades de *sítio*, temos: (a) Topografia bastante razoável, não constituindo empecilho; o fato de que ela seja antes ondulada do que plana constitui até mesmo uma vantagem, pois se presta melhor para a construção de açudes, dos quais há grande necessidade nesta área onde chega a faltar água em uma parte do ano. (b) Drenagem intermitente, dificultando enormemente a expansão das atividades humanas. (c) Quanto a solos, o problema é mais complexo, prendendo-se ao mais geral, qual seja o do conhecimento das características e das reais aptidões dos solos das regiões nordestinas sujeitas a estação seca mais pronunciada (agrestes e sertões). Pelo conhecimento generalizado que se tem do chamado agreste e do sertão hipoxerófito, sabe-se como os solos vem aí produzindo cereais e também algodão há gerações e gerações, desde que haja regularidade pluviométrica. Igaci não fugiria à regra. Porém, a situação particular aí é grave, devido à desenfreada má utilização da terra conforme referiremos. Solos tremendamente esgotados, lixiviados e erodidos constituem agora um grande *handicap*. (d) A cobertura vegetal, em decorrência do mesmo fato, foi, pode-se dizer, completamente removida, restando algumas magras capoeiras.

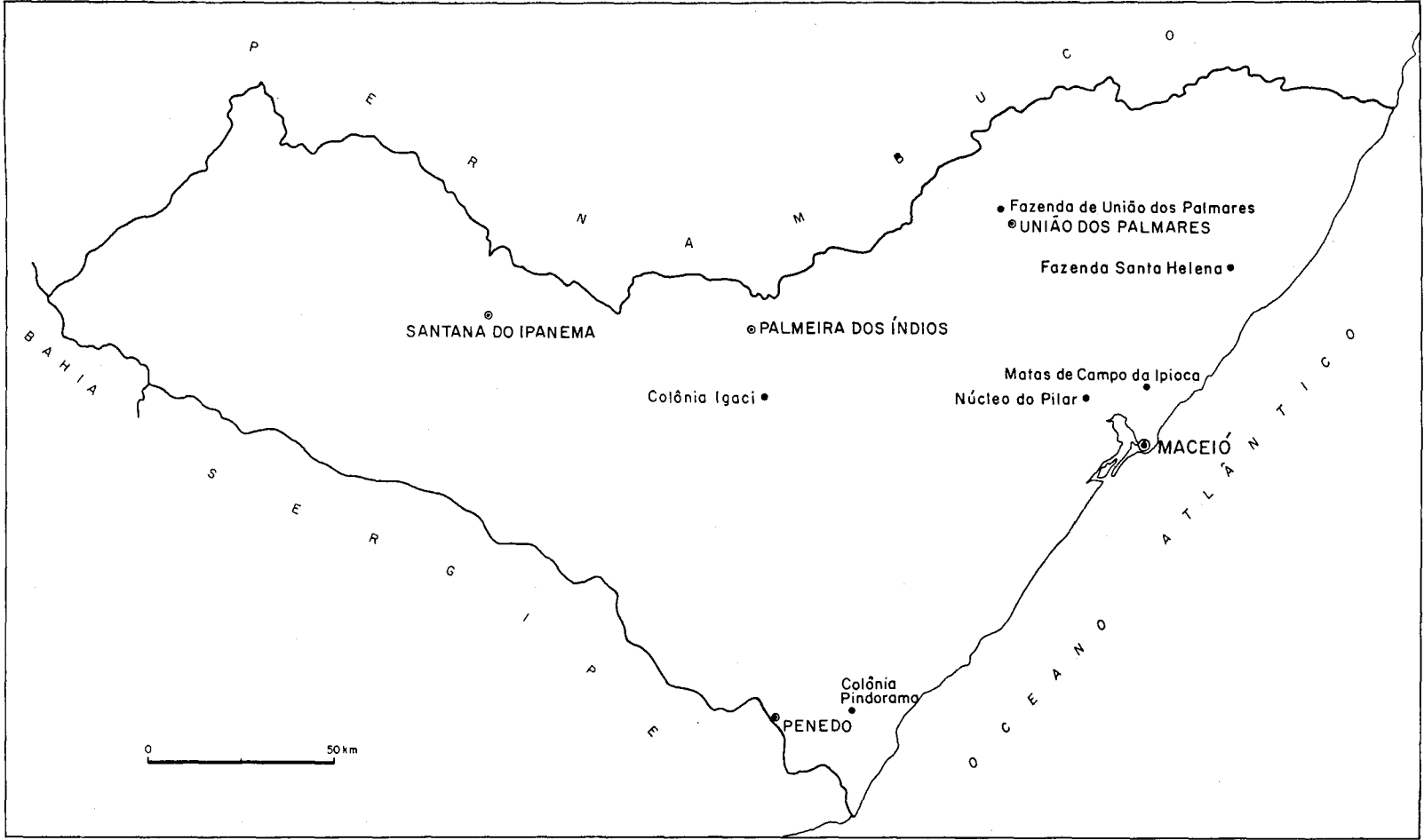
2. Quanto à *posição*, parece-me satisfatória, mais para melhor do que para regular. (a) Merece atenção o fato de que a colônia se localiza na região do agreste alagoano. Não obstante esta área, como dissemos, estar sujeita a algumas limitações climáticas, uma colônia aí localizada constitui meritória experiência econômico-social que se reclama. (b) Com a existência da rodovia pavimentada de Maceió a Palmeira dos Índios, e a sua proximidade desta cidade, a colônia, em causa goza de um requisito indispensável a qualquer empreendimento deste gênero: possibilidade de contatos fáceis e rápidos com grandes centros.

\* Consideramos aqui características de *sítio* da área considerada, tudo que se referir à área propriamente dita — topografia, estrutura geológica, solos, drenagem, cobertura vegetal, etc. Enquanto que a *posição* (ou localização) diz respeito às relações espaciais desta mesma área com o conjunto regional, estadual ou mesmo nacional.

3. Quanto ao *elemento humano*, êste é o aspecto mais negativo. Depois de trinta anos de existência, a colônia exibe uma população ainda pobre, instável, com baixos níveis de vida, de desenvolvimento técnico praticamente nulo. Em muito pouca coisa, mesmo, se distinguem os colonos dos moradores dos latifúndios do sertão e do agreste vizinho. Para completar o quadro, revelam êstes colonos a mesma incerteza pelo futuro que os demais proletários rurais nordestinos e por esta incerteza pautam a expansão de suas atividades. Ignoramos em que porcentagem esta população responderá razoavelmente aos estímulos que uma "recolonização" certamente lhes proporcionará. Creio não faltarão aquêles que elevarão seu padrão técnico e seu *standard* de vida quando as atuais condições se modificarem. Muitos aspectos, porém, creio que ficarão consideravelmente atenuados quando cessar a situação de completo abandono em que se encontra a colônia. É interessante, por isso, lembrar alguns dos aspectos históricos e econômicos da Colônia em causa.

A colônia Igaci foi fundada em 1932 pelo Ministro José Américo de Almeida como tentativa de solução para socorro aos flagelados da grande sêca. Até hoje a maioria da população não se fixou, poucos moradores existindo que aí residam há mais de quinze ou vinte anos. São atualmente cêrca de 80 famílias, várias das quais pretendem sair para São Paulo na primeira oportunidade. Fato de capital importância para explicar muitos aspectos negativos encontrados é o de que os colonos jamais receberam um título de posse de seus lotes ou mesmo um documento ou uma palavra tranquilizadora quanto aos seus direitos. Quando um sai, e não são poucos os que assim procedem, vende a "situação" (benfeitorias), isto é pouco mais do que a roça que está plantada. Pois com efeito, nem um grupo de fruteiras em tôrno da casa chegam a formar, já que não se sentem seguros no lote. As casas dadas pelo govêrno, feitas de tijolos e telhas de barro, bem construídas, estão desleixadas. Um outro fato serve para mostrar como a história da colônia tem marcado aquela gente: durante muitos anos, até 1956, cada colono era obrigado a dar um certo número de dias de trabalho para o Posto Agro-pecuário (aliás, fundado às expensas de uma linha e meia de lotes da Colônia) onde deveriam fazer serviços de tôda a ordem. Fato inacreditável: o estado transformou os colonos em seus "moradores de condição". Queixam-se de que nunca havia passado por lá alguém, técnico ou não, que lhes desse alguma orientação. Últimamente, têm sido êles atendidos pela Missão Rural do Ministério de Educação e Cultura, cujo amparo educacional, sanitário e social é valioso, mas cuja orientação técnica é limitada, quando mais não seja devido à circunstância de que a Missão atende a todos os habitantes rurais de uma grande área em tôrno de Palmeira dos Índios.

Empregando sistema agrícola de baixíssimo padrão técnico, sem assistência e orientação, os colonos, ainda mais, receberam lotes com área insuficiente para realizar a rotação de terras a que se viram compelidos. Lembro que a colônia foi organizada em quatro linhas de vinte e dois lotes — "trincos", como chamam, tendo cada lote 32 tarefas (10 hectares). Não poucos conseguiram reunir dois lotes, ficando com uma área de 20 hectares. Mesmo assim é muito pouco. Com a área média de cultivo dos mais ativos e mais prósperos (25 tarefas) necessitariam êles um mínimo de 75 hectares para não terem estragado o solo do modo como o fizeram, empregando a rotação de terras como sistema básico. Apesar de grande parte dêles complementarem a área necessária arrendando mais terras, os colonos foram unânimes em declarar, exemplificando, que os rendimentos agrícolas caíram para menos da metade nos trechos mais esgotados. Alguns orçamentos que eu levantei para aquilatar a situação econômica mostram que o máximo do movimento de venda da categoria dos mais prósperos pouco ultrapassou a casa dos cem mil cruzeiros em 1962. Se alguns usam o arado (arado pequeno, "bico de pato"), o emprêgo de adubos e fertilizantes está inteiramente fora de cogitação. Aliás, diga-se: pelas mesmas razões gerais entre os lavradores da região: falta de recursos, mingua de créditos continuados.



Este é o resumo do panorama técnico, social e econômico que o governo estadual enfrentará ao levar adiante uma verdadeira "recolonização" de Igaci. Lamentavelmente, em muitos casos dever-se-á partir de pontos abaixo de zero, se compararmos a área com uma outra ainda não ocupada, outra que não mostre acentuados sinais de *misère*, como dizem os ingleses. E que também apresente, em aberto, a possibilidade de seleção dos povoadores.

Quanto à projetada expansão de Igaci, em uma etapa posterior, devo dizer que o panorama pouco muda, porquanto a área não loteada da colônia tem sido bastante utilizada pelos atuais colonos em sua busca por espaço agrícola complementar.

## II. FAZENDA MATAS DE CAMPO DA IPIOCA

São pouco menos de 4 000 hectares de terras do governo no município de Maceió, com a vantagem de não contar senão com uns raros moradores, funcionários do estado (10 famílias), o que não deixa de ser uma grande vantagem se compararmos esta com outras propriedades do governo que constituem alvos eventuais para uma colonização.

No momento há muitas demandas, por parte de particulares, até mesmo em Juízo, quanto a eventuais direitos em parcelas desta fazenda. Dêste modo, o próprio estado desconhece os limites e a área exata do que tem no local.

1. Quanto à *posição*, é das mais favoráveis. (a) Considerada a zona fisiográfica, trata-se da chamada Zona Litoral, onde o total e a regularidade das precipitações praticamente não constituem problemas. Não fôssem certas condições particulares derivadas da estrutura geológica e da topografia bem como peculiaridades do revestimento vegetal, e não encontraríamos aqui diferenças sensíveis para a zona da mata propriamente dita. Basta ver que na sua maior parte os vales desta região são cobertos por extensos canaviais e abrigam um bom número de usinas. (b) A sede da fazenda está a 42 quilômetros de Maceió, sendo 18 km em estrada asfaltada (a AL-11, que acompanha a linha da costa) e 24 km de uma estrada vicinal, do padrão de nossas estradas municipais, que não inspira grande confiança na estação chuvosa, além de apresentar ladeiras inconvenientes nas encostas das chãs. Com algumas retificações e uma conservação regular em sua estrada de acesso, a fazenda em causa estará, na verdade, em invejáveis condições de contato com o grande centro de Maceió. Aliás, no futuro ela tanto poderá ter saída pela rodovia litorânea (AL-11) como pela BR-11 que segue mais pelo interior. Isto vale dizer: contatos fáceis com Recife, o voraz mercado de consumo da região.

2. Quanto às condições de *sítio*, me pareceram muito análogas às da Colônia Pindorama, circunstância curiosa porquanto vim a saber que a Companhia Progresso Rural havia iniciado uma colônia no local, antes mesmo de se dedicar à atual Pindorama. Pode-se ainda ver o barracão da antiga sede e uma das casas de colono que a CPR havia construído. (a) A topografia de chãs de tôpo plano compensa de certo modo as desvantagens evidentes de uma amplitude de relevo apreciável (50 metros ou mais, em alguns casos). Os vales apresentam meias-encostas inferiores e fundos favoráveis, apesar de exíguos. Mas a maior parte das encostas são muito íngremes e inadequadas a uma ocupação agrícola permanente que pretenda ser racional. Não consegui reconhecer toda a área da fazenda. Mas quero crer que ela é atingida apenas pela drenagem menor, não sendo atravessada, pelo que pude sentir do reconhecimento aéreo, por nenhum dos cursos de água responsáveis pela elaboração dos vales mais amplos, de fundo fértil, suportes seculares dos canaviais do litoral alagoano. Por isso referi a vantagem virtual dos topos planos das chãs como uma reserva importante de terras agricultáveis. (b) A drenagem é perene, como em todo o litoral. Pude verificar como é apreciável a vasão no riacho junto à sede, não obstante

já estar bem entrado o verão, que como se sabe é a estação seca na faixa litorânea oriental do Nordeste. (c) Como sempre, a grande incógnita da equação são os solos. Também, como em Pindorama, parece (digo parece, porque não foi possível se fazer um reconhecimento mais extenso, como relatei) que estamos em uma área de contato geológico, como chãs esculpidas igualmente no embasamento cristalino e na cobertura sedimentar, de sedimentos terciários, no caso. Grande parte do percurso, depois que se deixa a rodovia pavimentada se faz sobre uma chã de solo amarelo argiloso compacto, endurecido nesta época estival, solo este que lembra a mesma crosta argilosa que no tabuleiro de Pilar, apresenta pouco mais de 50 centímetros, no dizer do agrônomo CARLOS CORDEIRO. Atrai particularmente a atenção a frequência com que afloram leitos de laterita nas rupturas de declive. Com trinta a quarenta centímetros de espessura, estes leitos constituem verdadeiras crostas ocorrendo a profundidades variáveis em torno de um metro, para menos. Uma investigação cuidadosa sobre elas deverá ser feita quando se pensa colonizar estas terras, a fim de se averiguar até onde elas constituirão fator impeditivo ou limitativo da ocupação agrícola nas chãs. Lembrou-me que nas proximidades de Pindorama vi também afloramentos de piçarras lateríticas, mas ignoro a importância da ocorrência de laterita no interior desta colônia. (d) São perfeitamente observáveis restos de mata tropical de grandes árvores, cobertura original destas áreas. Consideravelmente devastada, a cobertura vegetal em muitos trechos está reduzida a uma vasta capoeira arbóreo-arbustiva de baixo porte, semelhante ao que em muitos lugares chamam de carrasco. Esta capoeira, fruto da dificuldade de regeneração da mata depois de rompido o equilíbrio ecológico, ocorre por exemplo em toda a extensão do topo e em boa parte das encostas da chã argilosa já referida. As matas desta região foram muito exploradas pelos engenhos e usinas vizinhas e as matas da atual fazenda do governo, disseram-me, foram noutros tempos muito exploradas pela fábrica de tecidos da Saúde.

Creio que as condições acima analisadas sucintamente são de molde a permitir que se pense na possibilidade de estabelecimento de um núcleo colonial na fazenda em causa, guardadas não somente as precauções gerais que em local oportuno serão referidas, como também atentando particularmente para o problema dos solos acima mencionados.

A experiência já adquirida em Pindorama, onde se depara com problemas de ocupação nos vales e nas chãs, com características diferentes, poderá ser a meu ver de grande valia em Matas do Campo de Ipioca. A começar pela investigação mesma dos motivos que levaram a Companhia planejadora a abandonar este local em proveito de Pindorama.

### III. FAZENDA SANTA HELENA

Antigo engenho, comprado pelo Estado, compreendendo terras no município de São Luiz do Quitunde e no de Passo de Camaragibe, conta com cerca de 2 000 hectares ainda não delimitados. Existem lá de quinze a vinte famílias de inquilinos do estado.

1. *Posição*: Santa Helena está num raio de Maceió inferior a 60 km, porém não conta senão com uma precária estrada de acesso, intransitável por veículo motorizado na estação chuvosa e de precaríssimas condições de tráfego, mesmo no verão. (a) A zona fisiográfica em que está localizada é a mesma da Fazenda Matas de Campo de Ipioca, a Zona Litoral, já comentada. (b) Constitui condição indispensável para se pensar em qualquer aproveitamento da Colônia, a sua integração na região urbana de Maceió mediante a abertura de uma via de acesso permanente quer pela rodovia BR-11, quer pela AL-11, (litorânea) de ligações com Recife. Santa Helena está praticamente a meio caminho de ambas as rodovias.

2. *Condições do sítio.* (a) As condições de relevo são pouco favoráveis. Trata-se de uma área em que o antigo plaino recortado no embasamento cristalino, foi muito dissecado, originando-se uma topografia de morros irregulares, onde há chãs remanescentes, mesmo das mais estreitas. Ao lado da própria sede pode-se observar um belo vale suspenso, determinado por um grande afloramento rochoso a que corresponde uma cachoeira no alto rio Santo Antônio Grande. Nas imediações (o reconhecimento aéreo não permitiu determinar se dentro dos limites da fazenda ou não) vêm-se alguns outros afloramentos cristalinos nos morros. (b) A predominar a constituição cristalina na área em questão (como quero crer que sim) as condições de solos devem ser diferentes, para melhor, do que em Matas de Campo de Ipioca. Porém esta vantagem virtual é neutralizada pela maior parte das condições topográficas, em que os fortes declives e a irregularidade do terreno são contra-indicados para cultivos racionais e em caráter permanente.

3. *Possibilidades.* Uma colonização em moldes técnicos modernos em Santa Helena, salvo melhor juízo, não poderia interessar senão uma parte muito pequena de toda a gleba, nos fundos de vale onde são melhores as condições topográficas e pedológicas. Certamente isto poderia ser feito, uma vez que o problema de comunicações é facilmente solúvel, estando a propriedade a meio caminho das duas rodovias asfaltadas acima referidas.

Creio, porém, que a melhor destinação a se dar à Fazenda Santa Helena seria a de uma reserva de reflorestamento (de que em breve o estado terá necessidade, a continuar a devastação desenfreada no Litoral). Ousando ainda mais, levando em conta a sua cachoeira de belo efeito e a possibilidade de se restaurar a sede da antiga propriedade e até mesmo construir um dos velhos engenhos típicos de que em breve não se terá senão notícia, poder-se-ia instalar aí um *Parque Estadual*, instituição que, salvo engano, não existe em Alagoas, instituição que comunidade alguma modernamente pode dispensar. Nesta eventualidade, os atuais ocupantes da fazenda seriam removidos para uma das colônias a serem criadas.

#### IV. FAZENDAS EM UNIÃO DOS PALMARES

No município de União dos Palmares o governo Estadual possui seis fazendas, além da Fazenda Sueca, onde está o pôsto experimental do Fomento Agrícola, e da Fazenda Santa Fé, onde existe uma colônia correcional. A área total das seis fazendas é de 963 hectares e elas estão ocupadas por 157 moradores foreiros, o que dá uma área média arrendada de 6,1 hectares para cada um. Contudo as parcelas variam desde 1 hectare a 2, 3, ... 10 e até 15 ha, nas diversas fazendas. Estas encontram-se em pontos distintos do município, a distâncias variáveis. Veja-se o quadro:

FAZENDA	ÁREA	NÚMERO RENDEIROS	DISTÂNCIA DA CIDADE
Areias (1).....	401 ha	53	12 km
Azeitão.....	255 ha	43	9 km
Jenipapo.....	127 ha	28	18 km
Queimadas (1).....	81 ha	16	12 km
Barro Vermelho.....	67 ha	10	18 km
Pé de Serra da Imbira (1).....	32 ha	7	9 km
<b>TOTAL.....</b>	<b>963 ha</b>	<b>157</b>	—

(1) Estas três são contíguas, o que perfaz um total de 514 ha, com 66 foreiros (rendeiros) e 7,5 ha, de área média arrendada para os mesmos.

As terras do município que apresentam condições satisfatórias para cultivo estão em mãos de particulares. No Alto Mundaú há um grande alargamento do vale, com um incipiente aplainamento, de modo que à roda de União dos Palmares a topografia é muito suave, com razas colinas e largos baixios aluviais; Em boa parte estas áreas estão ocupadas pelos canaviais das usinas próximas, mas há muita área em macegas, mediocres pastagens, ou subdividida em cercados para pastos (capineiras). Aí encontrei as melhores condições de sítios para colônias, sendo de notar que as condições de posição podem ser ainda melhoradas com abertura de uma rodovia, o que aliás se faz urgentemente necessário para tôda a região. Note-se que estamos aqui na zona da mata, a zona agrícola por excelência do Nordeste.

As fazendas do govêrno, extremamente subdivididas entre os rendeiros, os quais delas dificilmente sairão, estão quase tôdas mal aquinhoadas quantos às condições naturais. Visitei Jenipapo, por exemplo. Está situada entre morros fortemente dissecados na encosta da superfície mais elevada que domina, a oeste, o Alto Mundaú (o patamar meridional da Borborema). Denotando uma morfôgênese em ambiente mais úmido, os pequenos vales tem aí uma forma aproximada de mangedoura. Isto quer dizer: declives muito fortes nas encostas, sopés afogados pelo fundo aluvial. Cultivando repetidamente as vertentes em que são freqüentes os declives de 30°, quando não mais, os foreiros não só devastaram totalmente a área como se vêem, agora, às voltas com a intensa erosão do solo. Pelo que me informou um dêles, o rendimento agrícola obtido para o milho é da ordem de 30:1 em anos normais (!). Eles são obrigados a cultivar vários anos seguidos a mesma parcela e sômente podem deixá-la descansar por dois, três, no máximo quatro anos. A maior parte dêsses moradores têm necessidade de arrendar terras fora das respectivas fazendas a fim de garantirem a própria subsistência. São comuns os casos dos que se retiram, geralmente para São Paulo, e que vendem para outros seus direitos na propriedade. A verdade é que na maioria apesar de não estarem satisfeitos com a situação econômica e revelarem baixos padrões de vida, se prendem àquela situação que lhes parece privilegiada do pagar o foro barato de Cr\$ 500,00, ou mesmo Cr\$ 400,00 por hectare ao ano. Não atenderiam fâcilmente a um convite puro e simples do govêrno para entregarem suas terras livrando-as para colonização.

Haverá, então, possibilidade de aplicar um plano de colonização nestas terras estaduais de União dos Palmares?

Pelas circunstâncias referidas, creio que não é interessante se pensar em um plano com todos os requisitos de um verdadeiro planejamento de colonização. A fragmentação das glebas e as condições de sítio são desvantagens que superam as vantagens eventuais. Devo dizer que dificuldades materiais me impediram de percorrer tôdas as fazendas e louvo-me nas informações do administrador, admitindo que tôdas as fazendas apresentam grandes inconvenientes quanto a sítio.

Contudo, aquelas fazendas não podem continuar nesta situação de verdadeira espoliação e degradação do solo até um limite catastrófico. Ao mesmo tempo, não se admite que os inquilinos de um govêrno que pretende levar adiante um programa de colonização e de elevação do nível de vida das populações rurais continuem em estado de miserabilidade, comprimidos em exiguas parcelas.

Penso então que a melhor solução talvez seja realizar, não uma colonização minuciosamente planejada, conforme um plano global a ser elaborado, mas uma razoável reformulação agrária ("revisão", para empregar expressão em voga), com dispêndios relativamente pequenos. Nesta ordem de idéias proceder-se-ia, em esquema: 1.º subdivisão das glebas em lotes de razoáveis proporções, atendendo ainda ao fato de que será necessário um grande esforço no sentido de recuperação dos solos; 2.º Com a redistribuição das novas áreas, os moradores excedentes serão numerosos e nêste caso deverá ser feito um trabalho de persuasão a fim de que eles se mudem para núcleos coloniais que, a esta altura, já



deverão estar instalados; eles deverão ter preferência na aquisição de lotes e creios que as vantagens a serem oferecidas serão de molde a convencê-los da conveniência da mudança; 3.º) Os lavradores remanescentes das atuais fazendas em União dos Palmares passariam a ter, em caráter prioritário, a mesma assistência técnica, econômica e social que certamente deverá beneficiar por igual os pequenos lavradores do estado, como aliás de todo o Nordeste.

## V. NÚCLEO PILÓTO DE COLONIZAÇÃO DO PILAR

Com êste nome o govêrno do estado de Alagoas iniciou, numa chã devoluta, ao lado da cidade de mesmo nome, sua moderna experiência de colonização, em estreita colaboração com o IBAD.

1. *A posição* do núcleo é das melhores possíveis. (a) Em plena zona do Litoral, êle goza das melhores condições pluviométricas que o território de Alagoas pode oferecer. (b) Quanto às suas relações com mercados e centro vizinhos, êle não sòmente dista 12 km da pequena cidade do Pilar, como está apenas a 34 km de Maceió, às margens, mesmo, da rodovia asfaltada que demanda o interior. Para um núcleo colonial, é realmente invejável esta posição, fator que contribuirá, como já está contribuindo, para minorar desvantagens outras.

2. *O sítio* por um lado exhibe característica das mais desejáveis, por outro lado é enormemente adverso. (a) A topografia é plana, diria absolutamente plana, uma vez que as maiores declividades constatadas não são superiores a 5%. Êste requisito que os planejadores agrícolas gostariam de encontrar com mais freqüência, acarreta aqui duas das grandes desvantagens do sítio em causa. (b) Não há drenagem local organizada. As águas das chuvas nesta como em muitas outras chãs semelhantes, pouco se escoam, infiltram-se, lixiviam e compactam de modo especial o solo. A ausência de água para atender ao consumo dos habitantes e às necessidades das plantas, será portanto o grande problema, o apêlo ao lençól subterrâneo profundo constituindo um ponto importante na planificação ora em execução. (c) Mas são as condições de solos que constituem o verdadeiro espantelho, incógnita por ser ainda determinada, no aproveitamento dos tabuleiros litorâneos do tipo de chã do Pilar. Há aí uma camada argilosa na superfície, inferior a um metro de espessura (regulando entre 50 e 80 centímetros), amarela, lavada pela percolação, já endurecida de tal modo que necessitará um trabalho prévio de trituração a fim de ser cultivada. (d) O tapete vegetal predominantemente herbáceo explica a ausência quase que total da camada orgânica nestes solos. Da cobertura de gramíneas, que não é suficiente para cobrir todo o solo, mesmo na estação chuvosa, destacam-se algumas árvores com a mesma fisionomia que encontramos nos campos cerrados. Esta vegetação é conhecida na região com o nome de "tabuleiro" e do seu correto estudo pode-se chegar também a uma correta idéia do aproveitamento dessas terras. Há quem acredite que esta formação vegetal, muitas vêzes de extensão puramente local, resulte pura e simplesmente de uma degradação total da primitiva cobertura vegetal, por ação antropógena. Esta idéia é fartamente contestada, afirmando algumas autoridades, baseadas em estudos nos tabuleiros da Paraíba, de Pernambuco e Rio Grande do Norte, tratar-se de cobertura vegetal muito de acôrdo com as condições locais de topografia, drenagem e constituição geológica. Aliás, a dificuldade com que a vegetação florestal se regenera em outras áreas sedimentares litorâneas, onde os indivíduos arbóreos haviam conseguido medrar, exibindo os efeitos do rompimento de um equilíbrio ecológico a custo conseguido, parece corroborar a idéia de hostilidade que a presente faixa sedimentar oferece ao desenvolvimento dos vegetais de grande porte. São fatos êstes que lembramos sumariamente porque acreditamos em sua importância na discussão científica dos dados fundamentais para o planejamento da colonização dos "tabuleiros". Na meditação sôbre os problemas a serem enfrentados em Pilar afloram alguns dos postulados que prevalecerão nos fundamentos de um plano geral de colonização.

*Perspectivas.* O Núcleo Piloto de Colonização de Pilar já é um empreendimento em marcha e seu sucesso efetivo abrirá novos horizontes à colonização destas chãs, em particular, como também do Nordeste, de um modo geral. O IBAD já traçou todo o plano do Núcleo, o qual se acha na fase material de instalação, com estradas vicinais abertas, as primeiras casas em construção, o primeiro poço tubular prestes a ser concluído e com a inauguração oficial marcada para o fim de fevereiro.

O agrônomo responsável pelo planejamento metuculoso e pela sua execução, o Dr. CARLOS CORDEIRO, causa muito boa impressão pela seriedade com que considera os problemas que lhe estão afetos, pela preocupação com todos os pormenores essenciais, pela clareza com que formula seus objetivos, pela dedicação material à tarefa que está realizando.

O govêrno dispunha apenas de 1 000 hectares para instalar o Núcleo. Dêstes foram aproveitados 600 ha para 60 lotes de 10 ha cada um, 60 ha foram destinados a abrigar as instalações da sede e 320 ha constituirão reserva para florescimento e experimentação (20 ha são consumidos nas estradas vicinais).

O plano econômico se desdobrará em duas fases. A primeira, que poderíamos chamar de fase de "implantação", se apoiará na avicultura de corte e, posteriormente, de ovos. A idéia é não somente dar um meio mais rápido de iniciar a autonomia econômica dos colonos como também de obter a estrumação de que aquelas terras necessitam como requisito indispensável para o seu aproveitamento. A segunda fase, a que poderíamos designar de "expansão" deverá iniciar-se com os primeiros plantios comerciais e com as primeiras culturas de subsistência, em cada lote, a saber: 1 ha de maracujá, 1 ha de mandioca, 0,5 ha de abacaxi, 0,5 ha de milho e outras culturas.

Face às condições acima apontadas, não consideramos o Núcleo um sucesso garantido, com seus problemas já resolvidos a contento, embora o cuidadoso planejamento e as qualidades do seu executor constituam promissoras garantias.

Em primeiro lugar, preocupa-nos o problema do abastecimento de água para consumo. Não falta quem desconfie da eficácia permanente dos poços tubulares, sobretudo quando se trata aqui de vários dêles concorrendo em uma área relativamente pequena. Neste particular o Dr. CORDEIRO, contando com uma grande experiência na abertura de poços em Pernambuco, tem plena confiança na manutenção da regularidade da vazão dos poços que pretende perfurar no NPCP.

Em segundo lugar, a questão mais séria, há que considerar o comportamento do solo do tabuleiro em tela, face à intervenção humana. Será um pequeno episódio a mais no quadro dos problemas da utilização racional dos solos tropicais, mas que se reveste da circunstância de se tratar do solo mais ingrato e, aparentemente, mais hostil em tôda esta região. Dentro de um panorama de geografia agrária, ressaltadas tôdas as circunstâncias de cunho técnico-agronômico, fazemos adiante algumas proposições sôbre a utilização da terra em um plano da colonização. Adiantamos, porém, que pensamos ser a preferência para culturas permanentes ou culturas de alto valor comercial no tôpo das chãs argilo-silicosas a modalidade mais racional de utilização da terra, o que em parte está sendo cogitado para o NPCP. Os grandes investimentos necessários para "fabricar" o solo necessário ao desenvolvimento dos cultivos poderia ficar enormemente comprometido com a adoção, também, de culturas de subsistência que mal suportam economicamente os investimentos e que pelo seu caráter anual, ainda mais aceleram o desgaste de um solo em vias da conquista agrológica.

Em terceiro lugar, não menos importante, o padrão técnico e moral do povoador. Embora não tenha obtido dados preciosos de como será resolvida esta parte do plano, sei que o responsável está dando muita atenção a ela e a considera também ponto de importância fundamental. Os colonos, todos com família, virão do agreste e sertão, deverão obedecer a certos requisitos sociais e morais e estarão contratualmente submetidos a uma disciplina própria do Núcleo Colonial. A uma

sugestão minha, respondeu-me o Dr. CORDEIRO que pretende fazer o possível para recrutar alguns poucos colonos de elevado padrão técnico, japonês possivelmente, para contribuírem, com o exemplo, na elevação do nível dos demais povoadores.

Tendo sido constringido a iniciar a colonização justamente por um dos tratos mais sáfaros de que dispunha, o governo estadual promove mais do que um empreendimento econômico-social um empreendimento técnico, uma experiência que pode vir a ter um grande alcance, ou a representar, sem meio termo, um grande malôgro. Sinceramente, creio que somente depois do primeiro ano de vida é que se poderia inclinar por uma das duas hipóteses, embora como disse, tudo faz crer que o resultado mais otimista seja de se esperar.

De qualquer modo, a implantação do Núcleo já determinou uma enorme curiosidade e uma expectativa por parte dos habitantes da região, predominando o descrédito geral, face às qualidades aparentes do terreno, bem como à possibilidade de garantir o suprimento de água. Isto aumenta e muito o significado dos resultados a que me referi, que poderão acarretar, conforme o caso, o apoio entusiasmado ou a oposição pessimista ao andamento de um plano global de colonização.

## VI. COLÔNIA PINDORAMA

O governo do estado cogita de um entrosamento da Colônia Pindorama com o seu futuro plano geral de colonização, o que me parece de grande acerto.

A experiência que se vem realizando em Pindorama já é por demais conhecida e dispense-me de entrar em pormenores da caracterização da mesma. Importa ressaltar, isto sim, o enorme significado que o empreendimento representa para programas de colonização em todo o Nordeste e, particularmente, para Alagoas.

1. A *posição* constitui fator desvantajoso e que, de certo modo, entrava o desenvolvimento mais rápido de Pindorama. As desvantagens são de resto perfeitamente atenuáveis, senão superáveis, com a melhoria das condições rodoviárias. (a) Quanto à região em que se encontra, Pindorama goza das vantagens climáticas que lhe pode oferecer a Zona Litoral, segundo já assinalamos. (b) O maior problema é sua posição em relação aos mercados, o que, aliás, forçou-a buscar uma solução comercial inteligente na industrialização do maracujá; e outros produtos. Localizada a mais de 180 quilômetros de Maceió, Pindorama tem seu isolamento agravado pela precariedade das estradas, cujo tráfego fica sobremodo comprometido no inverno. Para o sul ou para o norte a situação é a mesma. A vizinha cidade de Penedo, com seus 25 000 habitantes, constitui mercado medíocre, de inexpressivo valor, dado que a grande maioria da população é de baixíssimo padrão de vida.

Não obstante o inestimável alcance da especialização comercial na produção da colônia, penso que ela poderá e deverá vir a ter uma participação ponderável no abastecimento de Maceió (e também de outros grandes centros próximos) desde que uma prioridade nos planos rodoviários melhorem suas comunicações.

2. Quanto às condições de *sítio* de Pindorama, não se pode dizer que sejam das melhores, realmente. Sua topografia, constituída por chãs intercaladas por largos vales, acarreta diversidade local nas condições de solo. Isto por sua vez determinou uma diversificação no plano da utilização da terra, fato que julgo muito proveitoso do ponto de vista da aquisição de novos resultados em um setor que, afinal de contas, é a *chave* do sucesso econômico de um empreendimento deste gênero.

3. *Perspectivas*. Como experiência no gênero no meio tropical, Pindorama causa as melhores impressões, não obstante revelar ainda caráter francamente

pioneiro e um volume de problemas financeiros, técnicos, econômicos e sociais superior ao das soluções encontradas e dos resultados obtidos, se considerado um plano de aproveitamento global das suas possibilidades.

Assim, cabe lembrar, por exemplo, que há um outro elemento do sítio de Pindorama que ainda não foi satisfatoriamente incorporado à área ocupada, elemento com outras características de morfologia-solo e que, por isso mesmo, oferecerá oportunidade para mais uma modalidade comercial de aproveitamento da terra. Refiro-me às grandes várzeas pantanosas que, por falta de recursos não foram ainda drenadas. O quadro da utilização da terra ficaria então ainda mais variado: agricultura de subsistência, com ênfase nos produtos alimentícios anuais, nos vales; culturas comerciais, com preferência pelas culturas perenes, nas chãs; rizicultura inundada nas várzeas drenadas e saneadas. Coerente com as indicações que apresento na segunda parte, considero esta fórmula ideal para o desenvolvimento econômico de um plano de Colonização, na faixa úmida de Alagoas.

A área total de Pindorama é de 33 834 hectares. Dêstes foram demarcados apenas 8 000 ha, estando ocupados mais ou menos 7 000 ha em lotes que variam de 15 a 30 ha. A população é de 5 a 6 mil habitantes repartidos entre 600 famílias. Isto significa que como processo de ocupação da terra Pindorama está ainda em início, não obstante seus oito anos de experiência. Deixando de lado a história acidentada da Companhia Progresso Rural, que a criou, ressaltamos que, no momento, a grande dificuldade da colônia para se expandir e firmar é a falta de recursos financeiros e, paralelamente, um apoio mais decidido dos órgãos governamentais.

Desejo chamar a atenção para dois pontos fundamentais quanto ao papel futuro da colônia em causa.

Em primeiro lugar, consideremos a área ocupada e o sucesso econômico logrado, ainda que incipiente, a assimilação de novas noções técnicas de que alguns colonos já dão mostra, os benefícios da comunidade que inegavelmente está se constituindo. Tudo isso são elementos valiosos que fazem de Pindorama um verdadeiro ponto de germinação para uma expansão em área, mais vigorosa e mais acelerada, com resultados presumivelmente mais rápidos e mais seguros, nos termos em que um plano de colonização se faz desejável. Afortunadamente, a reserva de 25 000 ha ou mais de Pindorama afasta o problema de desapropriações e outros correlatos. As vizinhas várzeas do Marituba, por seu lado, uma vez drenadas absorverão centenas de famílias. Lembro, a este respeito, que o Bispo Diocesano de Penedo insiste, e com toda a razão, na drenagem e colonização destas várzeas, nas quais poderão ser aproveitados muitos dos trabalhadores que engrossam as miseráveis povoações dos ricos arrozais do Baixo São Francisco ou "acampam" nos arredores das cidades ribeirinhas.

Penso que a melhor medida, a de efeitos mais imediatos, que a curto prazo o govêrno do estado de Alagoas poderia tomar em matéria de colonização, seria estabelecer um estrito entendimento com os responsáveis por Pindorama, a fim de que, em um esforço conjunto, intensificassem os trabalhos de povoamento e desenvolvimento econômico e social daquela área. Os resultados da ação combinada de govêrno e iniciativa privada não terminariam aí, porém.

Com efeito, em segundo lugar importa pensar nos benefícios que a experiência dos técnicos de Pindorama, e dos colonos mais adiantados, (porque não?) poderá oferecer na aplicação de um plano mais vasto de colonização no Estado. Para empregar a expressão em voga, em Pindorama elaborou-se um verdadeiro *know how* em matéria de colonização da região litorânea do Nordeste e este *know how* não deve ser desperdiçado.

A expansão de Pindorama deve ser o primeiro e o mais urgente passo, traduzindo concretamente o desejo de se passar à ação, no problema da colonização e da reformulação dos problemas agrários em Alagoas.

## 2.<sup>a</sup> Parte: IDÉIAS PARA UM PLANO GERAL DE COLONIZAÇÃO

### 1. *Algumas Premissas.*

Em primeiro lugar é bom lembrar que um plano geral de colonização no Estado de Alagoas vai encontrar condições de geografia humana muito pouco usuais em empreendimentos análogos, especialmente no caso brasileiro. Trata-se de uma região com densidades demográficas médias razoáveis, oscilando de 20 a 120 habitantes por quilômetro quadrado nos municípios das zonas mais favorecidas do Litoral, da Mata e do Agreste (305 hab/km<sup>2</sup> no município da capital), com a exceção do município de Coruripe (18 hab/km<sup>2</sup>) — exatamente um município que a meu ver merece atenção especial no plano em causa. Mesmo no tradicional Sertão alagoano, o progresso demográfico, refletindo evolução econômica mais ou menos acentuada, tem sido de tal monta que nos deparamos com índices de 50 e até 90 hab/km<sup>2</sup> (área da expansão da cultura de palma forrageira e constituição da bacia leiteira do Sertão). Paralelamente, não há mais grandes glebas devolutas e mesmo os terrenos pertencentes ao Estado estão longe de constituírem grandes baldios. Isto quer dizer que a colonização não terá um caráter *periférico*, tal como, em grande parte, se processou a colonização no Brasil meridional, no estado do Espírito Santo, como se processou o arremedo de colonização no Nordeste do Pará ou tal como se caracterizará o plano que a SUDENE deseja aplicar no Maranhão. Trata-se no caso em tela de uma colonização no *interior* da zona já povoada, dentro do espaço já organizado, econômica e socialmente, embora mal organizado. Evidentemente, esta diferença geográfica básica imprime u'a marca particular às soluções encontradas para o plano, à sua própria formação mesmo e impõe atitudes adequadas quando da sua execução. Basta lembrar que certas condições que pesam enormemente e ameaçam aos próprios fundamentos o sucesso do empreendimento, tal como a maior ou menor facilidade de acesso ao mercado, no caso de uma colonização no interior do espaço ocupado mostram-se bem atenuadas ou, mesmo completamente superadas. Neste mesmo caso sabemos ainda que pode atuar com maior espontaneidade e eficácia o aparelhamento administrativo e assistencial do poder público. Em outras palavras, não existirão aqui, no caso do tipo de colonização de que cogitamos, os gravames sociais e econômicos mais sérios das *frentes pioneiras*. Por outro lado se impõe um planejamento mais metuculoso e podem ser buscados objetivos bem mais avançados e mais complexos do que na colonização tipicamente periférica.

Embora não se encontrem grandes glebas devolutas, uma estrutura agrária defeituosíssima, aliada em certos casos à peculiaridade das condições geográficas, deixa à margem uma boa quantidade de terra subutilizada. Em muitos casos diria mesmo se tratar de terras desúteis, sem aproveitamento algum, nem mesmo sob os mais extensivos sistemas agrícolas, como sucede com freqüência entre nós. Vimos, por outro lado, na primeira parte, que na maior parte das terras do govêrno já se processou uma ocupação desregrada. Tenha-se em conta, ainda que algumas das melhores terras passíveis de povoamento à base da exploração familiar são propriedades particulares. É patente, portanto, que o govêrno enfrentará fortes resistências. Creio, então, ser óbvio, mas não posso deixar de assinalar, que o nosso plano se reveste com as características de uma *reforma agrária* em áreas-pilôto. Vale dizer: os objetivos fundamentais são os mesmos dos planos de reformas agrárias e, igualmente as resistências psicológicas políticas e técnicas serão as mesmas.

No que diz respeito aos fundamentos geográficos do plano, devem ser abordadas duas das características básicas do espaço considerado.

O fato que se trata de um território relativamente pequeno — Alagoas tem apenas 27 731 km<sup>2</sup> — não dá margem a uma variedade muito grande de esquemas na seleção de áreas prováveis para a colonização. O fator posição, a determinação do local de instalação de cada núcleo apresenta então uma variação modesta,

compatível com a pequena proporção do espaço considerado. Como por vêzes assinaei na primeira parte, quer me parecer que, melhoradas as condições de circulação e de contatos com os grandes centros, dos diversos pontos eventualmente selecionados, muitas das diferenças apontadas para cada caso, na análise do fator posição, ficarão muito diluídas. Especialmente se mudarmos a ótica de apreciação para uma escala regional mais ampla do que a oferecida somente pelo estado de Alagoas.

Permanecerão contudo as diferenças decorrentes das condições naturais. Ao enfrentar o problema da localização das colônias, deverá ser respondida, então, uma pergunta básica sem a qual não vale a pena prosseguir: "Devemos prever colônias a serem localizadas em cada uma das principais zonas fisiográficas do estado, ou tão somente concentrá-las nas zonas ou na zona em que as condições naturais oferecem maiores facilidades"? Penso que uma resposta pura e simples optando pela primeira alternativa não tem cabimento. Não há dúvida que devemos prever o máximo possível de condições favoráveis para garantir o sucesso econômico e social do empreendimento em plano. Acho, mesmo, que por maiores que venham a ser os recursos à disposição do estado há muita coisa a ser feita nas áreas naturalmente mais favorecidas do Litoral e da Mata antes de se ter necessidade de estabelecer núcleos coloniais no Sertão e, mesmo, no chamado Agreste. Porém há uma circunstância que merece ser cogitada. Se vier a interessar também o aspecto técnico da questão, a instalação de uma colônia no Sertão (justamente no Sertão alagoano que deu mostras de que há soluções agrônômicas possíveis — como a da palma — para incrementar a utilização daquelas terras) representaria uma tentativa de implantação de novas estruturas agrárias no sertão pastoril, ou no agreste, implicando na solução de grandes e graves problemas, sobretudo o da penosa estação de ócio que caracteriza o calendário rural.

## 2. *Esquema de localização das colônias ou núcleos.*

Tôda a preferência deverá ser dada às zonas do Litoral e da Mata.

A. *Na Zona do Litoral.* Esta zona apresenta vantagens especiais em relação as demais, porquanto: (a) goza das mesmas vantagens climáticas que a zona da Mata (razoáveis totais pluviométricos); (b) dá-nos a impressão de ser a que apresenta maior índice de terras não utilizadas; (c) tem maiores possibilidades quanto a sítios topograficamente favoráveis; (d) apresenta maiores possibilidades para o desenvolvimento da rizicultura inundada, que constitui uma das recomendações importantes a serem feitas no capítulo utilização da terra.

I. Dentro da faixa que se entende pela zona litoral recomendamos uma prioridade na escolha de sítios para localização de núcleos no *trecho entre Marechal Deodoro e Feliz Deserto.*

II. No trecho acima recomendamos especialmente a *área adjacente e Pindorama*, em concordância com as recomendações que já expressamos ao comentarmos o papel que a referida Goiânia poderá desempenhar no desenvolvimento econômico e social do estado.

III. Uma segunda área, bem mais limitada que a anterior poderia merecer a nossa atenção na Zona Litoral. Dependendo dos resultados de seleção dos sítios, um núcleo poderia ser localizado ou no *Baixo Santo Antônio Grande*, ou no *Baixo Camaragibe* — ou no *Baixo Manguaba*.

B. *Na Zona da Mata.* Na sua maior parte esta zona apresenta condições topográficas muito desfavoráveis, uma vez que o relevo resulta do entalhamento do flanco sul-oriental e dos patamares extremos da Borborema. Em certos trechos como ao longo da BR-11, o relevo é de tal modo acidentado que alguns geomorfólogos não duvidariam designar como "pré-serra" áreas iguais a estas. Acompanhando um determinado rio como o Paraíba ou o Mundaí, depois que deixamos as Chãs tabulares ou tabuliformes recortadas nos sedimentos terciários ou nos

aplainamentos que circundam os destroços da Borborema, penetramos em uma área em que os vales são franqueados por formas enérgicas. São relativamente restritas as áreas de topografia favorável, como por exemplo nos arredores de Paulo Jacinto (Alto Paraíba) ou de União dos Palmares (Alto Mundaí).

IV. Pode-se pensar em uma terceira área destinada à escolha de sítios para Colonização no *Alto Mundaí* onde se entremeam rasas colinas cristalinas, terraços fluviais e várzeas de inundação, oferecendo variadas possibilidades geológicas às ocupações humanas. Já comentamos (1.<sup>a</sup> parte) as possibilidades que a área apresenta.

C. *Agreste e Sertão*. O Agreste com seus aplainamentos cristalinos, solos moderadamente pedregosos (vide 1.<sup>a</sup> parte) e condições semi-áridas relativamente atenuadas apresenta determinadas vantagens, como vimos, que podem ser aproveitadas, talvez, em um esforço posterior aos primeiros ensaios mais sérios na zona do litoral.

A faixa oriental (Quebrângulo e Limoeiro da Anádia) deve ser evitada, por sua topografia muito enérgica. Do mesmo modo a faixa ocidental que antecede o rio Traipu, onde as características são mais acentuadamente sertanejas.

V. Resta a faixa central, que propomos para eventual exame: a faixa de *Palmeira dos Índios a Arapiraca e Girau do Ponciano*.

VI. Lembramos a conveniência de se estudar, *aceitando-a ou rejeitando-a*, a reorganização da *Colônia de Igaci*, situada dentro desta área.

Com tantos problemas técnicos e financeiros a serem enfrentados, não sei se será o caso de pensar no estabelecimento de Colônias no sertão alagoano articuladas com o plano em tela. Só mesmo a possibilidade de uma ajuda técnica e financeira vinculada a esta solução poderia levar a uma imediata aceitação da idéia. Lembro que de todos os estados do Nordeste Oriental, Alagoas é o que proporcionalmente dispõe da menor área de Sertão. Reitero, porém, que não afasto do plano a indicação do estabelecimento de núcleos coloniais no Sertão, porque há razões técnicas que nos incentivam a esta experiência e há poderosos determinantes sociais que clamam por intervenções na estrutura agrária de qualquer região nordestina. Acontece que devemos nos ater a um Plano e às suas finalidades mais específicas (premissas importante a ser discutida) e devemos dar prioridade, como disse, às áreas em que menor fôr o número de problemas. Ao se desejar o estabelecimento de um núcleo colonial no Sertão, acho difícil a seleção de uma área para escolha do local sem uma aproximação maior dos estudos. Dêste modo para propor a escolha de um sítio dever-se-ia, examinar as condições oferecidas em todo o território a oeste do rio Traipu.

### 3. A escolha dos sítios

Este problema, igualmente, de ordem geográfica, se apresentará, na verdade, importante em uma segunda fase, na fase de discriminação e execução das providências decorrentes do plano. Escolhidas as áreas de maior interesse, como acima indicamos, estabelecidos os graus de prioridade de instalação dos núcleos e definida aproximadamente a estrutura e o tamanho de cada núcleo, proceder-se-á a escolha do local para cada um, examinando-se os convenientes e inconvenientes das condições de *sítios*. Já é uma fase em que se combinam os aspectos teóricos e a execução do plano, como se pode sentir.

Tornar-se-á indispensável um trabalho de campo especial, apoiado em técnicas de gabinete. E neste caso a interpretação de fotografias aéreas será seguramente um instrumento valioso.

Dentre os diversos requisitos de sítio que foram apontados na primeira parte, ao examinarmos as condições apresentadas pelas diversas áreas de interesse atual do governo, desejo ressaltar a importância das planícies alagáveis e baixos terraços nos largos vales e beiras de lagoas litorâneas (v. utilização da terra).

Se aceita a indicação de que a prioridade número um do plano consista no desenvolvimento da Colônia Pindorama, agregando-se-lhe a várzea alagada do rio Piauí estarão sendo resolvidos os principais problemas oferecidos pelas condições de sítio na zona Litoral.

O sítio de Pindorama passaria a ser um paradigma.

#### 4. *O estabelecimento das Colônias e a Organização Econômica Regional.*

Selecionado o sítio de determinada Colônia, no Litoral, na Mata ou no Agreste, a nova estrutura agrária vai interferir em uma organização econômica existente que se traduz por uma das principais modalidades regionais da utilização da terra. Destas, lembramos em sínteses:

- os espaços predominantemente subutilizados ou utilizados apenas por uma débil rotação de terras;
- as reservas de matas em grandes latifúndios, propriedades das usinas ou fábricas diversas;
- os “tabuleiros” inóspitos ou parcialmente povoados por minifundiários, na zona Litoral;
- o Criatório extensivo ou semi-extensivo e com rotação de terras a curto termo (predomínio no Agreste e Sertão);
- os Cultivos anuais intensivos de Caráter Comercial (caso restrito da zona fumageira de Arapiraca);
- os pastos melhorados em expansão, com retração da rotação de terras dos moradores;
- a Monocultura Canavieira.

Estas duas últimas modalidades ocupam a quase totalidade das meias encostas inferiores e fundos de vales na Zona do Litoral como na Zona da Mata. Ocupam justamente as melhores terras, nas áreas mais recomendáveis. Melhores terras, tanto pela qualidade dos solos, como pelas condições topográficas e condições de unidade. Se o plano fôr ousado, se fôr para aplicar as desapropriações necessárias, a colonização irá certamente se interessar por algumas áreas de boas pastagens (como em trechos do Alto Mundaú), onde o criatório é uma atividade em expansão, ou áreas de Canaviais, onde na maior parte dos casos uma agro-indústria deficitária teima em sobreviver.

No caso da zona fumageira, de âmbito muito restrito, não creio que, nos objetivos do plano em estudo, interesse interferir.

Nos quatro primeiros casos, os atritos resultantes da implantação de colônias seriam quando muito de ordem mais social que econômica.

Em qualquer caso, porém, dadas as condições gerais que assinalamos nas idéias iniciais desta segunda parte, a implantação de uma Colônia significará sempre uma opção por um modo de utilização da terra (o antigo ou planejado). Opção que acarretará sérios atritos econômicos com grandes pecuaristas e plantadores se o plano ambicionar (como eu acho que deve) um pouco das boas terras dos vales da região úmida. É fato geral aliás, para todo o Nordeste. Proponho, portanto, que, a escala de prioridade na implantação dos núcleos, leve também em conta o modo de utilização da terra que irá ser alterado.

#### 5. *Aspectos geográficos da organização dos núcleos coloniais.*

A organização dos núcleos, questão extremamente complexa, é certamente assunto para encontro de opiniões entre os especialistas de disciplinas e técnicas diversas. Apontarei aqui alguns dos aspectos de grande significado geográfico que merecem um debate no gênero.



(a) *Tamanho dos lotes*: é assunto até para polêmicas, quando se apega a valores numéricos tão somente. Poucos discutem que sua definição está na dependência da forma econômica que se deseja implantar, ou seja nos modos de utilizações da terra e nos sistemas agrícolas que se pretende para os colonos. Esta escolha, por sua vez, não raro está na estreita dependência das condições de sítio e da própria posição.

Quando se aborda a questão fundiária, da Colônia, porém, um pensamento ocorre sempre: Se a colonização é instrumento de difusão da *pequena propriedade à base de exploração familiar*, não deve ser, por outro lado, um ponto de partida para Constituição a curto prazo do minifúndio (com vistas a algumas áreas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Desta maneira, o problema não é somente determinar e implantar o tamanho mínimo de parcela essencial à manutenção de uma família média em padrão econômico e cultural decente em determinadas condições de utilização da terra (cf. LEO WAIBEL: o conceito de *minimale Ackernahrung*). Comporta também prever a prazo relativamente curto os efeitos da evolução fundiária.

(b) *Habitat rural* — Parece-me ser matéria de particular importância... Como se sabe, há duas formas fundamentais: a *dispersão* (a casa isolada) e a *aglomeração* (aldeamento, povoado). Ambas têm suas vantagens e desvantagens conforme é notório. Penso porém que a única desvantagem real da aglomeração e seu maior inconveniente é a distância que muitos colonos devem percorrer diariamente para atingir seus lotes. As demais julgo de secundária importância, inclusive a alegada incompatibilidade do camponês brasileiro com esta forma de *habitat rural*, habituado como ele está a morar em suas parcelas de cultivo, junto de seus roçados. Com efeito, os inúmeros benefícios proporcionados pela aglomeração recomendam esta forma. Lembro o quanto ela contribui para elevar mais facilmente o padrão econômico e social dos colonos, para desenvolver o tão desejado espírito comunitário, para facilitar a assistência médica escolar e recreacional. Lembro ainda a maior possibilidade de se desenvolverem espontaneamente atividades comerciais, artesanais e industriais paralelas. Na maior parte dos casos de povoamento ou repovoamento planejado (sobretudo nos países socialistas, mas não exclusivamente nêles) tem sido adotada a aglomeração ou, pelo menos uma forma mista. Aliás, há também uma forma de aglomeração que combina as vantagens principais de cada tipo: a *aglomeração com parcelas contíguas* na qual cada casa está no próprio lote embora todos se aproximem bastante em um espaço relativamente pequeno. Naturalmente aglomerações deste tipo para terem realmente as vantagens desejadas não devem ser muito grandes.

O que desejo ressaltar é que o Plano em estudo dedique atenção especial a este aspecto da organização dos núcleos e não o considere de modo algum como sendo de secundária importância.

(c) *Regime de exploração* — É aspecto que merece igualmente ser ponderado na discussão para elaboração do plano. Há quem preconize insistentemente uma experiência nordestina de *exploração coletiva* da terra. (A primeira fase do plano do governo no Rio Grande do Norte está aplicando esta modalidade). Sem nenhum preconceito para com esta modalidade de regime, discordo. Temos ainda muito que experimentar (e errar!) no que diz respeito à difusão da *pequena propriedade em regime de exploração direta familiar*. A experiência do coletivismo, mesmo apresentando as indubitáveis vantagens no setor planejamento econômico da vida da colônia, traz uma série de problemas de adaptações técnicas e sociais que sobrecarregam o esquema de execução. Além disso prolongaria, e acentuaria, o paternalismo do agente colonizador além de limites normalmente admissíveis. Ademais, dentro do sistema econômico brasileiro, o mais acertado é desenvolver o Cooperativismo rural conjugado à empresa individual.

(d) *O elemento humano* é aspecto da maior importância, indubitavelmente. Pode contribuir para o rápido desenvolvimento de uma Colônia, como para sua

estagnação ou fracasso. Certamente serão sugeridas as modalidades de recrutamento dos povoadores, bem como as medidas para maior elevação de seu padrão técnico e social.

Desejo apenas lembrar a alta conveniência de se colocar em cada núcleo um certo número de famílias de colonos já dispondo de um razoável padrão técnico. A primeira idéia que, a respeito, tem ocorrido é a introdução de alguns japoneses. Muito bem. Mas cabe a pergunta: somente se deve pensar em japoneses?

(e) *Utilização da terra* — É o aspecto de importância fundamental, do qual depende afinal de contas o sucesso econômico da colônia, como de qualquer empreendimento agrícola. Geograficamente sua importância se impõe, porque em última análise se trata da fórmula que o homem deve encontrar para tirar o máximo proveito das condições naturais existentes, em perfeito equilíbrio. O tema, em seus pormenores, cabe ser discutido e desenvolvido pelos agrônomos e economistas rurais.

As Chãs tabelares (terrenos sedimentares) ou tabuliformes (terrenos cristalinos) em que a disposição topográfica favorece a grande amplitude de percolação e onde os solos são mais facilmente degradáveis, merecem ser preferidas para as *culturas permanentes*. Ou então para culturas anuais de *alto Valor Comercial* que compensem os gastos necessários com a abundante aplicação de técnica, adubos e fertilizantes (como é o caso do fumo). A predominância da arboricultura nas pequenas propriedades que encontramos em diversos "tabuleiros" entre São Miguel dos Campos, Penedo e Arapiraca exemplifica o reflexo desta norma, espontaneamente aplicada. A cultura de subsistência, sobretudo de mandioca, é aí feita em parcelas muito reduzidas, exigindo recursos técnicos e financeiros especiais ao passo que as roças de subsistência são feitas preferencialmente nas fazendas dos vales. Por outro lado chamamos a atenção para a maior dificuldade com que a própria vegetação natural se regenera nestes topos aplainados.

Na própria zona do Litoral, as baixas encostas e fundos de vales, apresentam os solos de origem coluvial, com comportamento hídrico peculiar, que permitem insistir na *policultura anual*, em que a produção de subsistência pode representar a característica básica da utilização da terra.

Quando há *baixios* (várzeas e baixos terraços fluviais e lacustres) favoráveis há ainda possibilidade de uma outra modalidade que reputo de particular importância: a *rizicultura inundada*.

Muitas vezes, talvez, na maior parte dos casos, os lotes, abrangendo outra unidade topográfica poderão exibir especialmente em uma ou em duas das três modalidades de utilização acima apontadas. O ideal, porém, seria dar a cada lote, mormente quando não fôr exagerada a amplitude de relêvo ou a largura dos vales e Chãs, a possibilidade de desenvolver as três modalidades.

Na zona subúmida do Agreste, o recomendável seria o aprimoramento dos sistemas agrícolas a partir das modalidades vigentes de utilização da terra. A policultura de cereais e algodão anual merece um incremento e aperfeiçoamento técnico. Por outro lado é o caso, de se pensar também na adoção do criatório em caráter o mais intensivo possível (tenha-se em conta que a palma forrageira tem se propagado muito pelo agreste alagoano).

A *irrigação* constitui um assunto à parte: pelo que conheço, no agreste em Alagoas, não creio haver condições para se planejar economicamente cultivos irrigados. Quanto às margens do rio São Francisco, fica em aberto a discussão dos resultados da "colônia" estabelecida na vizinha Petrolândia, (PE).

Insisto, finalmente, na idéia de generalizar a rizicultura inundada como principal fundamento econômico do plano de colonização, no que tange à zona do Litoral.

Do ponto de vista técnico e humano há uma grande vantagem no aproveitamento inicial da experiência dos trabalhadores assalariados dos arrozais do Baixo São Francisco.

Quanto às condições naturais o quadro não poderia ser melhor. O clima com um regime semelhante ao das monções, já tem provada sua compatibilidade com o desenvolvimento da referida zona arrozeira do Baixo São Francisco. Embora as várzeas justafluviais por menores que sejam oferecem sempre oportunidade ao cultivo em questão (e a respeito o Vale do Piauí, em Pindorama, constitui uma valiosa reserva) penso que há algo ainda mais importante para o aproveitamento em larga escala, as grandes "rias" total ou parcialmente entulhadas, ainda sujeitas à ação da maré e as "lagoas", resíduos do entulhamento na faixa costeira do São Francisco para o Norte.

Foi-me lembrado que o falecido deputado MENEZES CORTES preocupou-se exatamente com a aplicação desta idéia quando esteve em Sergipe.

A execução da idéia implica em grandes obras, em vultosos investimentos cujos rendimentos contar-se-iam mais em termos sociais do que econômicos. Sei que a Companhia do Vale do São Francisco estudou e orçou o chamado *projeto Marituba*, cujos custos desanimaram os investidores.

Acho, porém, que o assunto merece meditação, discussão e o devido enquadramento no Plano de Colonização do Estado de Alagoas.